

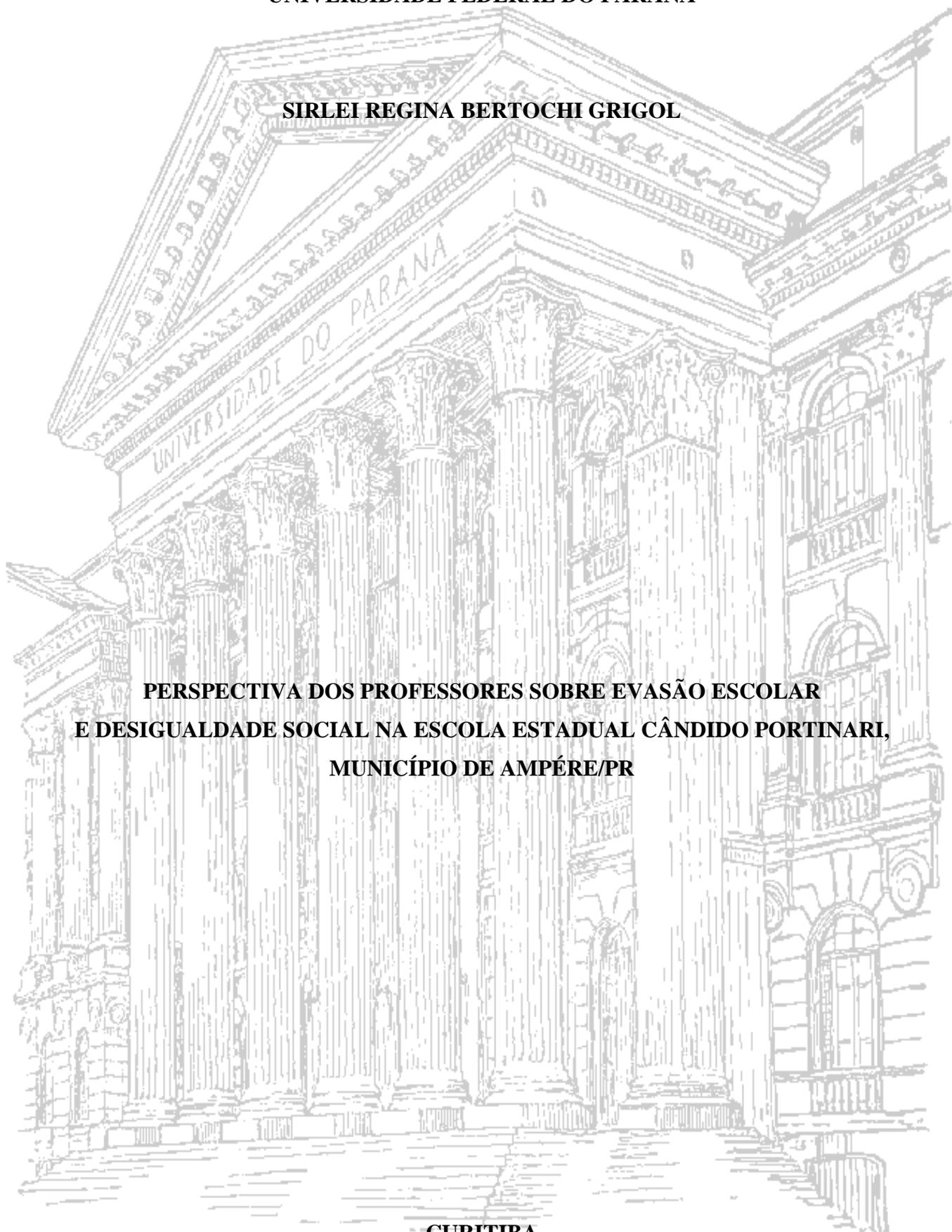
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIRLEI REGINA BERTOCHI GRIGOL

**PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE EVASÃO ESCOLAR
E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO PORTINARI,
MUNICÍPIO DE AMPÉRE/PR**

CURITIBA

2016



SIRLEI REGINA BERTOCHI GRIGOL

**PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE EVASÃO ESCOLAR
E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO
PORTINARI, MUNICÍPIO DE AMPÉRE/PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. M^a. Rosemeri T. F. da R. Rodrigues.

CURITIBA

2016

PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE EVASÃO ESCOLAR
E DESIGUALDADE SOCIAL NA ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO PORTINARI,
MUNICÍPIO DE AMPÉRE/PR

Sirlei Regina Bertochi Grigol

RESUMO:

Esta pesquisa trabalhou com o fenômeno da evasão escolar no Município de Ampére, Estado do Paraná, a partir da perspectiva do corpo docente. A metodologia escolhida utilizou levantamentos bibliográficos e uma pesquisa de campo, através de aplicação de questionário aos professores de uma das escolas estaduais que oferecem ensino do 6º ao 9º ano – em que os índices de evasão escolar estavam mais elevados. Os resultados alcançados permitiram a identificação dos aspectos que levam os (as) estudantes à prática da evasão escolar. Tratando da evasão com variáveis relativas ao contexto escolar, os professores participantes desta pesquisa afirmam que um dos fatores que integra a permanência do aluno na escola é a oferta de ensino de qualidade com bons professores que incentivem os (as) estudantes a frequentar a sala de aula. O bom domínio dos conteúdos e diversificação das metodologias utilizadas também recebeu destaque na percepção dos professores como importantes para a permanência dos alunos na escola. Outros fatores apontados foram as questões da desigualdade social encontradas no contexto familiar que sugerem que o (a) aluno (a) evade-se da escola para ingressar no mercado de trabalho formal ou informal com a intenção de auxiliar nas despesas familiares ou para benefício próprio. O Programa Bolsa Família foi considerado pelos professores como ferramenta aliada à educação brasileira que vem de encontro ao enfrentamento da problemática da evasão já que gera incentivo à frequência escolar. Outros aspectos considerados a partir do trabalho com este tema é de que a evasão escolar pode ser combatida através de programas de fortalecimento às escolas como investimentos físicos e estruturais, modernização dos espaços, capacitação e incentivo aos docentes e também aumento dos investimentos em políticas de enfrentamento a pobreza.

Palavras-chave: Evasão escolar, Desigualdade social, Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou a evasão escolar vivenciado por alunos que apesar de estarem matriculados na instituição de ensino, no decorrer do ano letivo, deixaram de frequentar a sala de aula. Esta evasão escolar está relacionada a muitas causas, principalmente

de âmbito pessoal e familiar, ambiente escolar, corpo docente e lamentavelmente, a desigualdade social.

Tratando diretamente da evasão escolar refere-se aos fatores que levam o estudante a deixar os estudos, levando em conta sua formação pessoal, observando as consequências que serão assumidas futuramente.

Torna-se relevante explicar que produtividade será tomada sob dois aspectos: um diz respeito à conclusão dos estudos pelo aluno e outro se amplia para abranger o próprio resultado da apropriação do saber em seu sentido mais amplo, capaz de levar o aluno a se constituir como cidadão e sujeito histórico (VASCONCELLOS, 1995).

Compreender os motivos da evasão escolar e as causas que contribuem para a desistência do aluno em seu pleno desenvolvimento intelectual, refletindo em sua vida futura, faz com que de certo modo haja expectativas de diminuição da desigualdade social, hoje tão presente no cenário mundial.

O termo desigualdade social é um guarda-chuva que abrange diversos tipos de desigualdades, desde a diversidade de oportunidades, resultados, até a desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero. De modo geral, a mais popular é a desigualdade econômica, chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda.

No Brasil, segundo Camargo, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, aponta que há no Brasil sinais promissores de redução da desigualdade social, como demonstra os dados estatísticos do IBGE, em 2000 era de 0,6460 e em 2010 0,6086, esta redução está correlacionada às políticas públicas de redistribuição de renda para combater a pobreza.

A Constituição Federal de 1988 descreve em seus Artigos 205 e 227 que a educação é um direito público individual que deve ser assegurado a todos os cidadãos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com participação ativa e colaborativa da sociedade.

Destacando a importância da educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA surge de forma a contribuir, tratando em seu Artigo 4º, especificamente do direito à educação destinado à crianças e adolescentes descrevendo-o como dever familiar, da comunidade e do Poder Público. Demonstrando assim que, este direito está fundamentado através do Estado, mas devendo ser exercido por todos, abrangendo a participação familiar e da sociedade, além da comunidade escolar.

A educação enfrenta um grande desafio que é a evasão escolar na qual está presente em todos os níveis e diferentes sistemas educacionais do Brasil. Conforme a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 1º que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Conforme Pedro Demo (1996, p.16) a educação não é somente uma ação de treinar o estudante a exercer uma atividade, mas defende a ideia que o educando vai construindo a sua autonomia por meio da pesquisa. Nesse sentido ele afirma que:

Educação não é só ensinar, instruir, treinar, domesticar, é, sobretudo formar a autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que, o educando não é o objetivo de ensino, mas sim sujeito do processo, parceiro de trabalho, trabalho este entre individualidade e solidariedade.

A permanência dos alunos na escola atualmente ainda é o desafio a ser superado na educação. A escola é a porta de entrada e se almeja a permanência dos alunos até que seus estudos estejam concluídos. Na perspectiva de Freire (1999, p. 27).

Ai de nós educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis (...).Os profetas são aqueles ou aquelas que se molham de tal forma nas águas de sua cultura e da história do seu povo, que se conhecem o seu aqui o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais do que adivinham, realizam.

De acordo com o Ministério Público do Estado do Paraná, a evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino. Segundo o Promotor de Justiça do Estado do Paraná, Murillo Jose Digiácomo, a evasão da escola ocorre por diversas naturezas, destacando a pessoal, familiar e escolar. Combater a evasão surge como instrumento de prevenção, combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, beneficiando toda a sociedade.

A partir disso, surge à necessidade de identificar os possíveis motivos que levam os alunos evadirem-se da escola, contudo destaca-se a importância da equipe pedagógica no combate a evasão escolar. Gomes (1998, p.65) ao se referir sobre a evasão escolar afirma que esse fenômeno não diz respeito somente “ao ato de evadir, escapar, abandonar, mas sim a um amplo contexto com múltiplas facetas nem sempre bem compreendidas”. Nesse mesmo

contexto, salientamos que segundo a Especialista em Psicologia escolar, Maria Helena Souza Patto.

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares (1987, p.59).

O Assistente Social e o Conselho Tutelar tem o papel de promover a conjunção da educação com a realidade social do aluno, da família e da sociedade, a qual ele esta inserido. Estabelecem contato com órgãos competentes acerca do tema criança e adolescente, realizando os encaminhamentos necessários diante das ocorrências. O enfrentamento às desigualdades sociais são estratégias para combater os problemas que repercutem e pressionam de maneira negativa no desempenho do aluno.

Políticas públicas de combate ao enfrentamento da pobreza e extrema pobreza são aliadas a educação, como o programa de transferência de renda direta ao cidadão, o Programa Bolsa Família que tem como uma de suas condicionalidades a matrícula e a frequência escolar de crianças e adolescentes, de forma a garantir e apoiar a permanência no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Diante desta problemática, este estudo consiste em identificar a origem e os motivos da evasão escolar na Escola Estadual Cândido Portinari, município de Ampére PR. Buscar-se-á compreender a importância do âmbito escolar, no qual juntamente com a equipe pedagógica trabalha com medidas preventivas, e os programas sociais auxiliam para que esse aluno permaneça na escola.

A escolha da temática foi em razão de nosso trabalho no Centro de Referência da Assistência Social de Ampére - CRAS, na participação em reuniões junto ao Conselho Tutelar, Conselho de Assistência Social, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente onde se observou a manifestação sobre o assunto, trazendo discussão aos colegiados quanto à evasão escolar por parte dos alunos, devidamente matriculados, no decorrer do ano letivo.

A partir desta premissa, surge a curiosidade e o interesse de identificar os possíveis motivos que levam os alunos evadirem-se da escola, porque adolescentes deixam o ambiente

escolar? Quais as razões que levam o adolescente a esta tomada de decisão? Considerando que o ato de evadir-se do ambiente escolar refere-se a amplo contexto com múltiplos aspectos nem sempre bem compreendidos, seja pelo adolescente, pela sua família e escola, tornando a evasão escolar um evento produzido no dia a dia, um fenômeno social no qual desafia governo, educadores e a sociedade no decorrer do tempo.

Por meio da pesquisa teórica buscou-se a amplitude das leis, definição das teorias relacionadas ao tema. E pela pesquisa bibliográfica resgata e agrega conhecimentos científicos de diversos autores. Segundo Lakatos e Marconi (1992).

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Com a pesquisa exploratória do conteúdo, foi definido e familiarizado o tema. A metodologia utilizada na construção deste estudo foi através de levantamentos bibliográficos, leituras de teóricos e de uma pesquisa de campo no município de Ampére PR, a fim de obter informações do cenário atual da educação fundamental, do 6º ao 9º ano.

Inicialmente, a pesquisa de campo originou-se com a coleta de dados primários por meio de entrevista oral com a Documentadora Escolar Estadual no município de Ampére PR com roteiro previamente estabelecido, levantando o diagnóstico de dados municipal, com o número de alunos matriculados entre outras informações que serviram de base para a elaboração do questionário a ser aplicado aos professores da Escola Estadual Cândido Portinari, Ampére PR.

Preenchimento de formulário com a Direção e Pedagogas da Escola Estadual Cândido Portinari, município de Ampére PR para a coleta de dados escolares, como o número de alunos matriculados, evasão e ambiente escolar, a intervenção do programa bolsa família à educação, entre outras informações que serviram de base para aplicação do questionário aos professores da Escola Estadual Cândido Portinari, Ampére PR.

Explica Prodanov e Freitas (2013) que formulário “é sistema de coleta de dados que obtém informações diretamente do entrevistado”, sendo preenchida a lista de questões defronte ao informante. Esta técnica permite contato direto no momento da entrevista, permitindo esclarecimentos adicionais.

Sequentemente, a pesquisa ocorreu através de questionário escrito aplicado aos professores da Escola Estadual Cândido Portinari de Ampére PR, sendo idealizada na própria escola durante o mês de Setembro de 2016. A coleta de dados foi feita de forma padronizada através do questionário previamente elaborado, abrangendo questões abertas e de múltipla escolha com a finalidade de descobrir respostas para a questão-problema.

Ainda, tratando-se da pesquisa de campo foi realizada a observação direta às turmas de alunos, nos três turnos na Escola Estadual Cândido Portinari de Ampére PR, auxiliando na identificação e na evidência do dia a dia dos estudantes e a convivência escolar contemplando o contato com a realidade da evasão escolar. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a observação direta intensiva é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

Na análise de dados coletados ingressa em detalhes mais intensos sobre os subsídios decorrentes do trabalho estatístico, como expõe Prodanov e Freitas (2013) “a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas”.

O tipo de estudo é descritivo, onde os fatos foram registrados, analisados, classificados e interpretados, à luz do referencial teórico selecionado, várias considerações foram levantadas a partir das evidências observadas de acordo com a metodologia aplicada e complementadas com relação ao referencial teórico.

3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação brasileira deve ser analisada associadamente com a História do Brasil, no que tange os seus aspectos políticos, sociais e econômicos, através do processo que engloba o ensinar e o aprender, fazendo parte das práticas sociais na contribuição para a formação do ser humano.

A história da educação brasileira tem seu princípio com a chegada dos Jesuítas. No período de 1549 até 1759, a educação teve início com os Jesuítas rejeitando os costumes indígenas, aplicando a eles os seus costumes. Até a Primeira República a escola era somente para os descendentes de quem governava o Brasil.

Na Primeira República, a partir de educadores com um pensamento liberal – democrático, reivindicaram a educação como direito de toda a população. Nesse contexto, Aranha (1996, p.62) sustenta que “a escola para todos, a fim de alcançar uma sociedade

igualitária e sem privilégio”. Paralelamente a isso percebeu-se que no final da Primeira República o Brasil atingia um índice de 80% de analfabetismo, como expõe Couto (2010, p.27).

Após o fim da primeira República, a era do Presidente Getulio Vargas e o Estado Novo (1930 a 1945), teve um papel importante na transformação da sociedade e principalmente na educação. A partir deste período, marcou a entrada do Brasil no sistema capitalista internacional, na qual teve uma participação da classe burguesa no cenário político. Com o processo de industrialização, aumentou em grande proporção a demanda por mão de obra qualificada, surgindo à necessidade de estar investindo na educação.

Nesse momento se instaurou o primeiro sistema de ensino no Brasil. A partir de 1934, o Ministério da Educação e Saúde Pública, fomentou o aperfeiçoamento dos ensinos secundário e universitário. Para Romanelli (2010, p.32) a nova constituição “denominava bem a ideologia do governo, em sua política educacional, favorável a um sistema educacional de discriminação social”. Diante desse contexto, o ensino primário se tornou obrigatório e gratuito no Brasil.

No final da era Vargas a educação teve reformas iniciadas pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, responsável por diversos projetos importantes no país e pela organização do Ministério da Educação, semelhante ao atual, implantando bases para a educação nacional.

A queda de Vargas e a democracia populista neste período marcaram a educação com a quinta constituição na qual estabelecia educação como direito de todos e o ensino primário obrigatório e gratuito a rede pública. Já em 1949 propunha que a sociedade civil assumisse o controle da educação, na qual seria financiada pelo Estado e pelo setor público vinculado ao setor privado.

Após um longo período (treze anos) de debate e alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Romanelli (2010, p.34) salienta que “jamais, na história da educação Brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses, quanto este”. Uma das principais características da LDB de 1961 foi à regulamentação dos conselhos educacionais tanto Estadual como Federal. Segundo Couto,

O direito á educação assegurado pela obrigação de poder público e pela liberdade da iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus; definição de que a destinação do dinheiro não é exclusiva às instituições de ensino público; a determinação de uma formação de professores para o ensino primário no ensino médio em curso superior (2010, p.35).

A LDB ficou em vigor no país até o golpe de 1964, foi alterada pela Lei n°. 5540/1968 e pela Lei n°. 5692/1971, pelos militares. Durante o regime militar (1964 a 1985), em respeito à educação, esse período ficou marcado pelos educadores perseguidos e mortos, estudantes presos e feridos, universidades invadidas. Ainda, houve a criação do vestibular classificatório para entrada às universidades. Já em 1967, através da Lei n°. 5379 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) no qual tinha por objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil.

Nesse mesmo período do regime militar, constata-se a organização de diferentes associações em prol da educação. Diversos trabalhos científicos foram realizados com finalidade de trazer uma discussão abrangente e de qualidade para a educação.

Porém, a década de 90 o campo educacional tinha a visão que a escola deveria ter uma maior qualidade no ensino. Em 1993 o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), elaborado pelo MEC, traz nova perspectiva a política de educação, procedendo do compromisso assumido pelo Brasil em cumprir as resoluções aprovadas na Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, pela UNESCO, UNICEF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) essas melhorias ganham destaque (Freitas, 2002 p.142 *apud* Couto 2010, p.40):

A distribuição das verbas federais diretamente para as escolas, sem passar pelos estados e municípios; criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, com a instalação de aparelhos de TV em cada escola, com o objetivo de “preparar professores para que eles possam ensinar melhor”; a melhoria da qualidade dos 58 milhões de livros didáticos distribuição anualmente para as escolas; a reforma do currículo para, melhorar o conteúdo do ensino, com o estabelecimento de matérias obrigatórias em todo o território nacional; e avaliação das escolas por meio de testes, premiando aqueles com melhor desempenho.

Com a criação do Estado Mínimo¹ o setor privado assume os compromissos do setor público. A educação deixa de ser compreendida como direito, entrando em desacordo com a Constituição Federal de 88, com sua transferência da esfera da política para a esfera do mercado, recusando sua qualidade de direito social e variando-a em possível consumo individual.

¹ Para Cruz, a visão neoliberal propõe a precarização do Estado, revelando o fortalecimento da concepção de Estado mínimo, segundo a qual ele deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo à responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade deste Estado de responder a todas as demandas sociais”. (CRUZ, 2003, p. 12).

Em 1996, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso aprova a Lei 9.394/96 estabelecendo a nova LDBEN, que está sendo utilizada atualmente, com algumas alterações. Apresenta níveis escolares, nos quais são divididos em educação básica e superior.

No artigo 32 da LDBEN (Lei 9.394/96) versa sobre o ensino fundamental obrigatório, gratuito nas escolas públicas, e tem por objetivo a formação do cidadão, no qual deve ter uma compreensão do ambiente natural e social do sistema político e dos valores da sociedade.

Dados apresentados no Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 pelo Ministério da Educação, em Junho 2014, demonstram a redução das taxas de evasão escolar, como observamos no quadro 1:

QUADRO 1 – TAXA DE RENDIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Taxa de rendimento	Aprovação		Evasão escolar	
	Ano 2000	Ano 2010	Ano 2000	Ano 2010
Ensino Fundamental	83,1%	86,6%	12%	3,1%

FONTE: INEP/MEC, Censo Escolar.

Esta redução da taxa de evasão escolar neste período destaca-se pela implementação de políticas públicas na área da educação básica, registrando diminuição significativa para o ensino fundamental. Devemos ressaltar que os investimentos feitos ao longo desses quarenta anos foram poucos na escola pública e praticamente escassos na capacitação de professores.

Sem dúvida, precisamos ao mesmo tempo de investimentos no âmbito da gestão escolar com reflexão a cerca das práticas pedagógicas, melhores salários e capacitação de professores. Portanto devemos buscar uma política pública, favorável significativamente à escolarização de crianças, adolescentes e adultos, a qual faça uma integração juntamente com a base familiar.

4 EVASÃO ESCOLAR NO PARANÁ

A década de 90 ficou marcada pelas políticas do neoliberalismo² sendo a área da educação atingida, tornando-se alvo dos investimentos internacionais do Banco Mundial. Diante a esse contexto, o Estado do Paraná incorporou as reformas propostas pelo

² De acordo com Emir Sader o neoliberalismo caracteriza como modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classes adequada as relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas. (2000, p.146)

neoliberalismo na educação, ou seja, o Estado se abdicou de manter e zelar pela qualidade da educação e apenas ser o controlador.

Atualmente a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED pauta sobre os princípios: Defesa da educação como direito do cidadão; Valorização dos profissionais da área; Garantia de escola pública de qualidade; Diversidade cultural; Gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

O Estado do Paraná destaca-se negativamente na evasão escolar comparado aos outros estados da região sul do Brasil, merecendo uma atenção especial no ensino fundamental, séries finais. Essa questão pode ser analisada a partir do quadro 2:

QUADRO 2 – TAXA DE EVASÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Unidade da Federação	ANO 2014	
	Aprovação	Evasão Escolar
PARANÁ	84,80%	2,70%
SANTA CATARINA	88,80%	1,10%
RIO GRANDE DO SUL	81,10%	2,20%

FONTE: INEP, Censo Escolar 2014.

Frente a esse contexto podemos observar que o Estado do Paraná apresenta a maior taxa de evasão escolar 2,70% no sul do país. Além disso, observamos a necessidade de um desenvolvimento estrutural na educação do Estado. Diante disso, a evasão escolar é uma realidade que está atingindo as escolas e precisa ser combatida. Encontrar maneiras apropriadas de resgatar este jovem em fase de evasão escolar, com ciência de agregar condições de enriquecimento no campo da consciência, da responsabilidade social e do exercício de sua cidadania, é o desafio a ser superado.

5 EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE AMPÉRE

Na região Sudoeste do Paraná, está localizado o Município de Ampére que abrange uma área de total de 298.334 quilômetros quadrados. Criado através da Lei Estadual 4.348, de 11 de abril de 1961 e instalado em 28 de novembro de 1961.

Tem uma população de 17.308 habitantes conforme dados do censo demográfico IBGE 2010, sendo 13.257 pessoas residentes na zona urbana e 4.051 pessoas residentes na zona rural. Ainda, o censo aponta que existem 5.740 famílias no município amperense, sendo

2.709 famílias inseridas no CadÚnico (Cadastro Único do Governo Federal) e destas 691 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, mês de referência Julho de 2016, de acordo com dados fornecidos pelo Centro de Referência da Assistência Social de Ampére PR.

O pequeno município caracteriza-se como polo industrial do sudoeste, com indústrias de abrangência nacional nos ramos moveleiro, metalúrgico e de confecção. Também pela diversidade de pequenos produtores, nas culturas de soja, milho, trigo e gado leiteiro.

Pertencente ao Núcleo de Educação polo de Francisco Beltrão, atualmente, Ampére PR possui sete escolas estaduais, quatro delas em comunidades do interior do município, Escolas Estadual do Campo de Ensino Fundamental (Água Boa Vista, Padre Antônio Vieira, Nossa Senhora Aparecida, Vargem Bonita); no centro urbano uma Escola de Ensino Fundamental (Cândido Portinari), uma Escola de Ensino Fundamental e Médio (Nereu Perondi) e uma Escola Estadual de Ensino Médio (Cecília Meireles). Ainda, três escolas privadas, uma Escola de Ensino Infantil e Fundamental (Educando), uma Escola de Ensino Médio e Profissionalizante (SESI), uma Escola de Ensino Fundamental modalidade educação especial (VI de Março).

A quantidade de escolas atende a demanda de alunos que residem no município, como explana a documentadora escolar estadual, Magali de Souza. “No início de cada ano letivo as vagas são preenchidas, o que nos preocupa como educadores, é a evasão escolar que ocorre gradualmente assim que as aulas iniciam”. A maior preocupação da documentadora escolar está nas escolas estaduais de ensino fundamental, pois os adolescentes estão deixando de frequentar a escola onde estão matriculados, como podemos observar o crescimento deste índice através do quadro 3 comparando um ano a outro.

QUADRO 3 – RENDIMENTO ESCOLAR REDE ESTADUAL DE ENSINO

ENSINO/SÉRIE	TAXA DE APROVAÇÃO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2015
Ensino Fundamental 9 anos						
6º Ano	90,10%	91,58%	9,57%	6,32%	0,33%	2,11%
7º Ano	88,51%	89,20%	9,80%	6,27%	1,69%	4,53%
8º Ano	80,42%	88,14%	14,46%	7,46%	5,12%	4,41%
9º Ano	86,05%	86,62%	9,20%	9,36%	4,75%	4,01%
Total do Ensino	86,12%	88,85%	10,80%	7,38%	3,08%	3,77%

FONTE: Indicadores Educacionais Município de Ampére – Censo Escolar - SERE 2014 e 2015.

Analisando os dados acima, a taxa de evasão escolar total do ensino aumentou na comparação do ano de 2014 para o ano de 2015, preocupantemente nas séries de 6º e 7º ano, bem como, no índice total do ensino que houve aumento de 0,69% na evasão escolar em 2015. Neste corrente ano de 2016, há 89 turmas com 1.954 alunos matriculados e os índices preliminares de acompanhamento escolar não trazem boas perspectivas, a evasão escolar está ocorrendo nas escolas do campo e principalmente na Escola Estadual Cândido Portinari, explicou a documentadora escolar Magali, esta instituição oferta ensino nos três períodos, ou seja, matutino, vespertino e noturno.

Contudo, observa-se que o município de Ampére PR mantém um índice elevado de evasão escolar em comparação ao índice do próprio estado, com taxa de 2,70% (2014). A partir desta análise, algumas reflexões de indagação surgem dos reais motivos que causam a evasão escolar praticada pelos adolescentes, sendo elencados supostamente os principais fatores a cometer o ato, podendo ser fatos correlacionados ao âmbito familiar, equipe multidisciplinar da escola e a própria desigualdade sócia econômica. Desta forma, foi realizado estudo de caso neste município para melhor compreensão acerca do tema.

6 ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO PORTINARI – EF

Em Maio de 1978 foi fundada a Escola Estadual Cândido Portinari - Ensino de 1º Grau e, em Setembro de 1998, a mesma passou a denominar-se Escola Estadual Cândido Portinari – Ensino Fundamental, situada a Rua Presidente Kennedy, nº. 1043 no Centro do município de Ampére PR, sob jurisdição do Núcleo Regional de Francisco Beltrão PR, tendo como mantenedora o Governo do Estado do Paraná.

A partir do ano de 2012 a escola oferta ensino fundamental regular de 6º ao 9º ano. Neste ano de 2016, a instituição de ensino possui 522 alunos devidamente matriculados no ensino regular, distribuídos em 19 turmas, dispostos no período matutino 10 turmas (6º ao 9º), no período vespertino com 7 turmas (6º ao 9º) e 2 turmas no período noturno (8º e 9º). Ainda, oferta sala de apoio à aprendizagem de matemática e língua portuguesa, sala de recursos, período intermediário (língua espanhola), prática esportiva (futsal), atividades complementares (teatro).

A Escola Estadual Cândido Portinari Ampére PR foi apontada pela documentadora escolar estadual como uma das escolas que mantém o maior índice de evasão escolar no município, com taxa de 2,14% (SERE 2015), assim, com a necessidade de conhecer o cenário atual, foi realizada pesquisa de campo, tendo como método, a aplicação de questionário

previamente elaborado com perguntas abertas e de múltipla escolha aos professores atuantes dos três turnos desta rede de ensino.

A pesquisa de campo observatória e a aplicação do questionário ocorreram na sede da escola, no mês de Setembro/2016. Posteriormente, fez-se a tabulação dos dados, que foram classificados, interpretados e analisados, sendo que correspondem a informações de identificação do profissional professor; a evasão escolar sobre: o contexto da escola, relacionamento familiar e programa bolsa família.

Diante das informações obtidas através da pesquisa na referida escola, no quesito de identificação do profissional, o corpo docente são do sexo feminino, sendo 90% professoras com formação de especialista e 10% com graduação em licenciatura. Apresentam experiência no exercício do magistério, com 20% exercendo a função de professora a mais de vinte anos, outros 20% lecionam pelo período de dez a vinte anos, 30% estão atuando entre cinco a dez anos, e os demais 30% estão na escola atuando pelo período de zero a cinco anos.

Podemos afirmar que, com esta equipe de profissionais atuantes no quadro de professores da escola tem-se uma visão de aplicação do PPP (projeto político pedagógico) de maneira ímpar, unindo a experiência profissional com o dinamismo e a disposição dos profissionais mais jovens, construindo coletivamente aspectos que valorizam o diálogo e a integração entre profissionais e professor – aluno.

7 FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERMANÊNCIA OU EVASÃO DO ALUNO NA ESCOLA

Com esta mescla de tempo de atividades laborais dos professores da Escola Estadual Cândido Portinari Ampére PR contribuiu para agregar as informações coletadas diante do questionário aplicado a esta classe.

Superar desafios culturais e econômicos que conduzam o estudante a acreditar que vale a pena construir conhecimento que será utilizado, a escola segue esta filosofia:

“...Entende que é preciso formar homens que pensem e produzam conhecimento a partir daquilo que já foi produzido historicamente pela humanidade e este processo de aprendizagem e desenvolvimento humano é essencialmente escolar. Portanto, o ponto de partida é trabalhar o conhecimento científico sistematizado em interface com a realidade social e política do aluno, mediando a interação entre conteúdo e realidade concreta, fazendo surgir uma sociedade justa e igualitária.” (PPP,2012 Escola Estadual Cândido Portinari – EF)

Tratando-se da qualidade de ensino nesta escola, o Índice de Desenvolvimento na Educação Básica – IDEB em 2015 a nota foi de 4.8, quanto maior a nota demonstra a melhora no aprendizado e no sistema educacional. Referindo-se a qualidade percebida na Escola Estadual Cândido Portinari, qual fator agrega à permanência do aluno nesta escola? Observamos no gráfico 1 abaixo:

GRÁFICO 1 – QUAL FATOR AGREGA À PERMANÊNCIA ALUNO NA ESCOLA



FONTE: A autora, 2016

Ofertar ensino de qualidade aliado a bons professores faz com que os alunos queiram permanecer a frequentar as aulas, como indica 43% dos entrevistados. Seguindo com 29%, que estes mesmos bons professores motivam seus alunos a continuar na vida acadêmica.

A comunicação entre professor e o estudante é fato a ser levado em consideração durante o processo de aprendizagem, pois elos afetivos e atenciosos geram o interesse do educando na participação da vida escolar.

Sabemos que em muitas vezes, o professor serve de elo entre a escola e o aluno, evitando a evasão escolar. Observou-se na pesquisa, quando questionados qual hipótese mantém o jovem na escola? Segundo 36% responderam que é devido aos professores que dominam totalmente o conteúdo da matéria em que lecionam, complementando com o uso de metodologias diversificadas. Outros 27% acreditam que há professores acessíveis a esclarecer dúvidas, mesmo que o aluno não tenha prestado atenção na explicação, com 10% dizem que são professores que repassam o conteúdo através de brincadeiras e citação de exemplos e também com 9% professores que atraem a atenção do aluno com recursos audiovisuais. Outros 18% responderam a questão aberta citando que seria um “apanhado de

todas as situações acima”, mencionando professores dinâmicos, que dominam integralmente o conteúdo e elucidam as dúvidas com aulas diversificadas.

O simples ato ensinar-aprender tem que torna-lo divertido, simples e de fácil compreensão, onde há ambiente propício para esta prática, com relação afetiva de domínio de turma. Porém, sabedores que a exposição ao contrário poderá comprometer o processo de aprendizagem e deixará de preparar o educando para a conclusão do ano letivo.

Outra questão abordada, se a causa da evasão escolar pelo aluno fosse devido a dificuldades a compreensão do conteúdo em alguma disciplina, na sua concepção qual seria o motivo? Assim, 45% dos professores responderam que é a falta de interesse do aluno em se esforçar mais nos estudos. Para 28% dos pesquisados o aluno chega cansado à escola após a jornada de trabalho, citando que estes alunos seriam do turno noturno. Com 18% definem que a distração do aluno no momento da explicação do professor faz com que sintam dificuldades de assimilar o conteúdo. Ainda 9%, citaram outras situações, destacando a falta de identificação da dificuldade do aluno, seja pelo professor, pedagogo e também pela sua família.

Desta forma, compreende-se que se o aluno chega cansado, após um dia exaustivo em sua jornada de trabalho, logo perde o interesse em focar no pedagógico proposto, pois qualquer coisa, até conversar com o colega é mais atrativo. A falta de interesse ocorre com mais frequência dentro do grupo pesquisado, por diversos fatores, preocupação familiar, cansaço físico e emocional, uso de drogas ilícitas. O que torna o aluno desinteressado chegando ao extremo de cometer a prática da evasão escolar.

Questionando a evasão escolar na pesquisa, o jovem que evadiu a escola, o que convenceria este mesmo jovem a retornar aos estudos? Ter essa vontade de retornar aos bancos escolares, é o que observamos no gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 – O QUE LEVARIA ESTE JOVEM EVASOR A RETORNAR AOS ESTUDOS



FONTE: A autora, 2016.

Conseguir um bom emprego com carteira profissional, a carteira de trabalho assinada pelo empregador com os devidos direitos trabalhistas, segundo 37% dos professores, é o que mais incentiva o jovem a retorna aos estudos. Seguindo com 36%, a necessidade de ter um diploma de ensino fundamental, o qual também é exigido em certos empregos. Ainda apontado com 27% o incentivo familiar auxilia no interesse do jovem retornar a escola. Porém, percebe-se que o jovem não retorna a escola com a pretensão de continuar com os estudos, no caso, de ter o objetivo de cursar o ensino superior.

Diante das informações obtidas os jovens retornam aos estudos porque se encaminham para o trabalho formal e devem cumprir a obrigatoriedade, por parte das empresas, que cobram a escolaridade de ensino fundamental, no mínimo. No município de Ampére PR há certo número expressivo de indústrias, que atrai o adolescente ao mundo do trabalho, assim os professores complementam que o jovem faz sua matrícula para início do ano letivo, e gradualmente abandonam, pois algumas empresas cobram o comprovante de matrícula (escolaridade) no ato da contratação. Os que continuam estudando são porque a empresa possui plano de cargos e salários, e há subida de nível ao concluir o ensino fundamental.

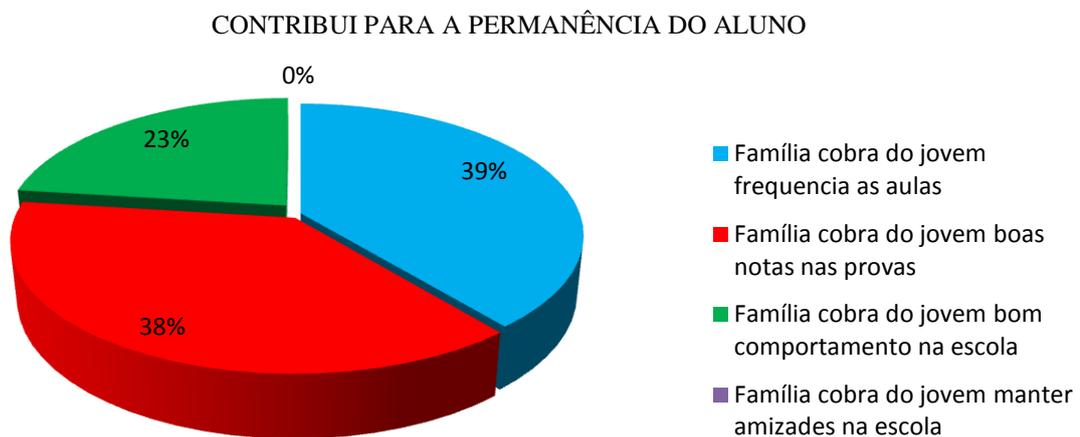
8 CONTEXTO FAMILIAR E EVASÃO ESCOLAR

O crescimento intelectual dos estudantes depende da escola, como também do envolvimento de ações da comunidade onde estão inseridos, bem como, o ambiente e o convívio familiar. Como nos propõe o Programa Fica Comigo (2009).

Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão às repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza a falta de comida em casa, a longa distancia entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida á escola todos os dias, além de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentre e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com criança ou entre sues familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e trafico de drogas, a falta de segurança na localização ou próximo á escola, brigas de gangues e dificuldades no acompanhamento dos conteúdos curriculares.

Seguindo as análises, algumas reflexões são questionadas quanto ao controle da evasão escolar pela família do estudante. Na concepção como professor através do contato com a família por meio das reuniões com os pais e o próprio convívio com o aluno, o maior fator que contribui para a permanência do aluno na escola, é da família que cobra do jovem a frequência às aulas, como observamos no gráfico 3:

GRÁFICO 3 – QUAL FATOR CONTRIBUI PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA



FONTE: A autora, 2016.

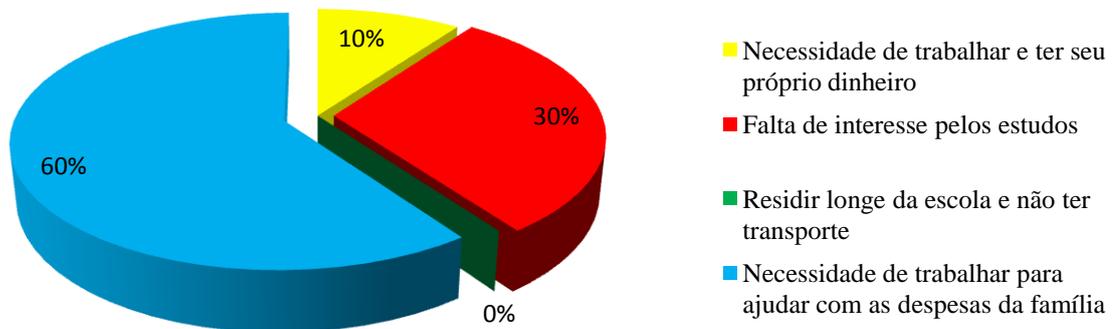
A participação familiar é percebida que além da cobrança da frequência escolar, como aponta 39% dos pesquisados, é a cobrança da família junto ao estudante no rendimento escolar, indicado com 38% das famílias que cobram boas notas nas avaliações. Tratando-se do

comportamento, apenas 23% indicaram que o vínculo familiar faz esta cobrança do jovem manter boa conduta no ambiente escolar.

Referindo-se ao aspecto familiar na causa da evasão escolar, buscam-se as possíveis causas desta ocorrência. Mediante a concepção dos pesquisados, há a percepção que o aluno abandona a escola para ajudar com o orçamento familiar, pois 60% dos professores apontam que o aluno desiste de estudar para trabalhar, de maneira formal ou informalmente, ajudando no custeio das despesas domiciliares, como observamos a seguir, no gráfico 4:

GRÁFICO 4 – QUAL FATOR LEVA O ALUNO A PRATICAR A EVASÃO ESCOLAR

MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR



FONTE: A autora, 2016.

Podemos descartar a distância da escola e o transporte escolar, pois nesta escola não é um dos fatores apontados como causa da evasão. Porém, com 30% de indicação, está a falta de interesse do próprio aluno para com os estudos, ainda, para 10% dos professores apontam que o aluno deixa de estudar porque quer trabalhar para ter seu próprio dinheiro, sem ficar na dependência de usar o dinheiro familiar, para o uso pessoal.

Verificou-se que 70% dos alunos abandonam a escola para trabalhar. Averigua-se que o problema sócio econômico ainda é o fator mais determinante da condição de manter o aluno na escola.

A desigualdade social está presente em toda sociedade brasileira. Na concepção de 90% dos pesquisados a desigualdade social e a vulnerabilidade socioeconômica familiar é a ocasionadora do aluno a cometer a evasão escolar, principalmente dos estudantes que optam

pela matrícula escolar nos turnos vespertino e noturno. Para os outros 10% dos professores acreditam que a desigualdade não é a causa determinante da evasão.

A evasão escolar gera diversos problemas no âmbito escolar, ressaltando que é também um problema social, causado pela pobreza. Conseqüentemente, junto a evasão agrega-se outros fatos, implicando como o trabalho infantil, a gravidez na adolescência, violência e o envolvimento com o álcool e as drogas.

A evasão escolar está interligada diretamente com a convivência familiar, os jovens abandonam a escola para trabalhar na intenção de contribuir com o sustento da própria casa, dos pais e irmãos. Ressaltando também, que estudantes não despertam o interesse em serem estudiosos e muitos não contam com o apoio familiar, incentivando-os a permanecer na escola, logo, a evasão escolar surge como fruto das desigualdades sociais que estão presentes na realidade brasileira.

A estrutura familiar é a base na vida do adolescente, além do lado afetivo, reflete na formação do indivíduo e na percepção do seu papel na composição dentro do contexto familiar e o espaço que ocupa dentro do ambiente de convivência. Na falta desta base perdem-se os valores familiares, culturais e os vínculos afetivos.

9 A EVASÃO ESCOLAR E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, implantado pelo Governo Federal no ano de 2004, é a política pública mais utilizada na área da assistência social da atualidade, sendo este, um programa de transferência de renda direta ao cidadão brasileiro, direcionado as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a fim de superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O programa de transferência de renda ocorre através do cadastro da família junto ao Ministério do Desenvolvimento Social executado no CRAS do município e deve estar de acordo com os critérios estabelecidos, sendo um dos mais importantes a renda familiar, a qual identifica as famílias de baixa renda e de extrema pobreza. O valor do benefício é definido pela renda e a quantidade de filhos na família cadastrada.

Em contra partida os beneficiários devem cumprir condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. No caso da educação, a condicionalidade trata-se da frequência mínima da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade.

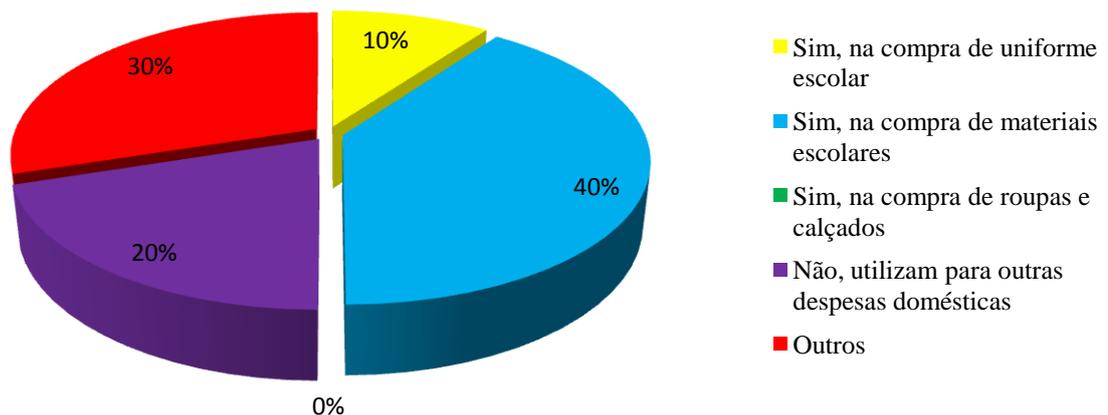
Considerando o PBF e sua correlação com a educação, os professores responderam a pesquisa afirmando que 90% das famílias que são beneficiárias do programa conseguem manter seus filhos na escola. Outros 10% acreditam que não, mesmo a família sendo beneficiária do programa de transferência de renda, ainda ocorre a evasão.

Levando em consideração o tempo de experiência como professor, atualmente as famílias de alunos que são beneficiárias do PBF não conseguem superar a vulnerabilidade socioeconômica, pois para 60% dos pesquisados apontam que o valor do benefício recebido mensalmente apenas ameniza a situação de vulnerabilidade. Com 20%, indicam que o valor é insuficiente para efeito no cotidiano familiar. Apenas 20% pensam o contrário, que sim, o PBF ajuda parcialmente a família a enfrentar a desigualdade socioeconômica.

Como o valor que a família recebe mensalmente é a soma de vários tipos de benefícios previstos no PBF, dependendo da composição e da renda familiar, o valor é retirado junto ao banco pela responsável familiar e é utilizado para suprir as principais necessidades do núcleo familiar, como observamos na indagação aos professores, se eles percebem que a família investe este recurso recebido na educação de seus filhos, as respostas estão indicadas no gráfico 5:

GRÁFICO 5 – FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF USAM O RECURSO PARA A EDUCAÇÃO

VALOR DO BOLSA NA FAMÍLIA É INVESTIDO NA EDUCAÇÃO



FONTE: A autora, 2016.

Segundo os pesquisados, 50% das famílias investem o recurso do Bolsa Família na educação de seus filhos, sendo que 10% destes acreditam que os pais compram o uniforme escolar e 40% afirmam que o benefício é usado para a compra do material escolar.

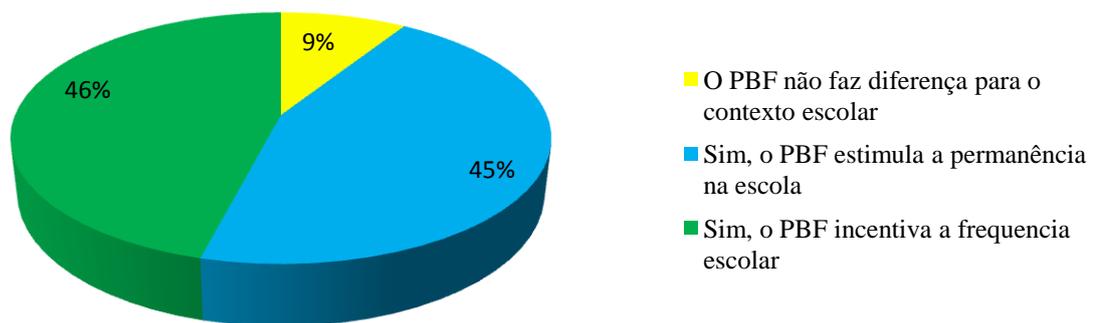
Porém, outros 50% apontam que o valor é gasto em diversas prioridades da família e não na educação, sendo que 20% responderam que este benefício é usado para outras despesas domésticas, principalmente com a alimentação. Os 30% restantes apontaram que algumas famílias gastam o valor com a quitação de contas de água, energia elétrica e IPTU ou ainda comprando produtos supérfluos.

O PBF surge como uma ferramenta de política pública federal com o objetivo voltado a romper o ciclo da extrema pobreza de geração para geração, auxiliando as famílias de maneira imediatista, a superação da vulnerabilidade, principalmente a sócio econômica. Aliado as condicionalidades impostas aos beneficiários, com o compromisso do poder público na oferta destes serviços, contempla maior acesso a atenção básica a saúde, calendário de vacinas e pré-natal às gestantes. Como também há o compromisso na educação, onde o responsável do núcleo familiar deve matricular seus filhos na escola, com o comprometimento da frequência escolar.

No questionário aplicado, foi perguntado “Professor o senhor conhece o Programa Bolsa Família? Acredita que atualmente este programa é uma ferramenta aliada à educação brasileira?” Sim, todos os professores conhecem o programa e 91% responderam que o PBF é sim aliado à educação, como observamos no gráfico 6:

GRÁFICO 6 – O PBF É UMA FERRAMENTA ALIADA À EDUCAÇÃO BRASILEIRA

BOLSA FAMÍLIA FERRAMENTA ALIADA À EDUCAÇÃO



FONTE: A autora, 2016.

Apenas 9% contestaram que ser família integrante do PBF é indiferente para o contexto escolar. Segundo 46% dos professores, a família beneficiária incentiva à frequência do aluno às aulas, porque para continuar recebendo o recurso, a criança e o adolescente devem

atender o percentual mínimo exigido (idade de 6 a 15 anos 85% e 16 a 17 anos 75%) de frequência mensal. E para 45%, o PBF estimula a permanência na escola, onde o aluno além do comprometimento da frequência escolar mantém também a estabilidade do estudante na escola.

A evasão escolar encontrada na Escola Estadual Cândido Portinari são filhos de famílias em situação de vulnerabilidade, fruto da desigualdade social. Conhecedores da realidade local, os professores, através da convivência com os alunos, trazem informações significativas do cotidiano, de como a vulnerabilidade no contexto familiar influencia nos estudos, de forma com que o aluno acaba abandonando os estudos para auxiliar e muitas vezes manter o sustento familiar, mesmo sendo fora da faixa etária de trabalho.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser jovem, ser ativo, ter motivos para ir além de o simples querer aprender ler, escrever é estar de fato preparado para a interpretação do cotidiano onde se agregam conhecimentos para toda uma vida bem vivida, nos faz querer ser aluno. Por isso questionamos a evasão escolar praticado por este mesmo jovem sonhador e idealizador no ápice de seu desenvolvimento intelectual.

A evasão escolar pode ser definida como o ato de evadir, escapar ou abandonar a escola. Resume-se a evasão escolar de uma forma mais simples, porém mais abrangente e realista, afirmando que é uma falha gerada pelo cotidiano do aluno, refletindo negativamente ao setor educacional nas três esferas de governo, para a família e principalmente, para o aluno em si. Sem contar os investimentos realizados na área, surgindo como déficit aos cofres públicos.

A evasão escolar compromete a educação em nosso país desde a Primeira República. Com o passar dos anos aprimorou-se o setor educacional no país, com regulamentação de normativas que regem a Política da Educação. A LDBEN versa o comprometimento do poder público em ofertar ensino fundamental gratuito a população brasileira, também amplamente exposto e considerado no ECA artigo 54 que prevê “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria.”

A desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda no Brasil é um fator a ser levado em consideração no planejamento das atividades educacionais. Políticas Públicas voltadas ao combate à pobreza e a extrema pobreza no cenário brasileiro, é uma estratégia de

alavancar a economia a fim de combater as desigualdades. Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), iniciou-se a migração de programas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás consolidando na criação do Programa Bolsa Família, ferramenta de apoio as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica de forma a garantir a transferência direta de recurso ao cidadão (família) a fim de sanar, de forma imediatista, as principais necessidades enfrentadas, principalmente a fome. Com as condicionalidades impostas a serem cumpridas pelos seus integrantes, o PBF é o artifício solidário à educação brasileira, fazendo com que crianças e adolescentes frequentem a escola, a educação básica.

Acompanhando o cenário nacional das desigualdades sociais, o Estado do Paraná, em comparação com outros estados do sul do país, destaca-se na área educacional, por manter índice superior de evasão escolar diante aos outros estados. Este ressaltado negativo condiz com os dados de 2014, atingindo a taxa de 2,70% de evasão escolar, fenômeno que vem atingindo as escolas e precisa ser combatido através de programas de fortalecimento às escolas estaduais com investimentos físicos e estruturais, adaptando-as a modernidade, capacitando e incentivando o quadro docente. Como também investimentos em políticas de enfrentamento a pobreza.

No sudoeste do Estado do Paraná está localizado o município de Ampére, com população de 17308 habitantes, com 691 famílias beneficiárias do programa bolsa família. A desigualdade social também está presente nesta localidade, mesmo havendo indústrias com ofertas de empregos e diversidade no setor agrícola.

Tratando-se da educação, Ampére PR possui sete escolas estaduais, sendo seis destas ofertam o ensino fundamental. A demanda de alunos é suprida anualmente, porém a principal preocupação é com a evasão escolar dos alunos do ensino fundamental, com o crescimento de 0,69% na taxa de evasão escolar do ano de 2014 para 2015, atingindo a taxa de 3,77% em 2015. Esta maior evasão escolar apresenta-se após levantamento do diagnóstico municipal na Escola Estadual Cândido Portinari – Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com índice de evasão escolar em 2015 de 2,14% das matrículas realizadas.

Desta forma, procurou-se identificar os fatores que levam o aluno a evadir-se da Escola Estadual Cândido Portinari – EF e assim compreender perante as informações coletadas, obtidas através da aplicação de questionário previamente elaborado com questões abertas, idealizado com os professores desta rede de ensino, compreendendo as jornadas de trabalho, ou seja, professores dos turnos matutino, vespertino e noturno.

A partir da análise dos dados do questionário aplicado, responderam a pesquisa as professoras desta instituição de ensino, 90% delas são especialistas na área que lecionam, 40% exercem o magistério nesta escola a mais de dez anos. Agrega a experiência profissional com a disponibilidade dos professores mais jovens a construir em coletividades uma escola que valoriza o diálogo e a interação.

Tratando da evasão escolar com variáveis ao contexto escolar, as professoras afirmam que o fator que integra a permanência do aluno na escola é a oferta do ensino de qualidade com bons professores, que incentivam o jovem a frequentar a sala de aula é fundamental ter professores que dominam o totalmente conteúdo da matéria lecionada fazendo o uso de metodologias diversas. Segundo as professoras, o desinteresse do aluno em se esforçar mais nos estudos, seria uma das dificuldades de compreensão em alguma disciplina pelo aluno, pois muitas vezes chega cansado, preocupado com questões familiares baixando o desempenho escolar. Ainda, o uso de álcool e drogas levam a distração, a frustração e como consequência gera evasão da sala de aula. Percebe-se que este aluno evadido retorna aos estudos pela necessidade de emprego formal, com carteira profissional de trabalho assinada e a garantia dos direitos trabalhistas.

A evasão escolar está diretamente relacionada ao convívio familiar, seja laços de sangue ou famílias extensas. A base familiar é o elo entre o aluno e a escola, a cobrança do rendimento escolar gera o acompanhamento do conteúdo ministrado, bem como, a presença ativa dos familiares no círculo escolar. Um dos maiores fatores que contribui para a permanência do estudante na escola, observado através da pesquisa é da família que insiste na cobrança do jovem a frequentar as aulas, mantendo-se informado da vida estudantil. Compreender dentro do aspecto familiar, o porquê ocorre a evasão escolar, identifica-se que o aluno deixa de estudar para poder trabalhar e ajudar com as despesas da família, ocorrendo principalmente nos turnos vespertino e noturno, fenômeno observado durante os dias a pesquisa de campo. Fato que nos leva a desigualdade social e a vulnerabilidade, sendo ocasionadora do aluno a cometer a evasão.

Os professores tem o conhecimento do que é o PBF e acreditam sim, que é uma ferramenta nacional aliada a educação brasileira. Oportuniza a melhora financeira das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, desta forma, que algumas destas famílias beneficiárias conseguem manter seus filhos na escola, porém, o recurso recebido somente ameniza a situação de vulnerabilidade de forma imediatista. Grande maioria destas famílias beneficiárias do PBF investem o valor recebido mensalmente para a educação de seus filhos, principalmente com a aquisição de materiais escolares necessários para uso na escola, enfim,

o valor transferido a família podem e devem estar utilizando para suprir as necessidades prioritárias, bem como na compra de alimentos componentes da cesta básica. Enfim, para a educação o cumprimento da condicionalidade neste setor faz com que as famílias incentivem a frequência de seus filhos à escola, além do fato de continuar a receber o benefício mensal, os filhos ainda recebem refeição, que em muitas casas estaria faltando.

Portanto, pode ser observado conseqüentemente com esta reflexão que há a carência de políticas públicas que oportunizem a verdadeira emancipação das famílias de forma prática, promovendo reais mudanças no seu cotidiano. Proporcionando moradia digna, infraestrutura e saneamento básico, capacidade de gerar sua própria renda, respeitando os aspectos culturais do indivíduo. Assim, realmente a família ofereceria a oportunidade de manter os filhos a permanecer na escola. O jovem poderia manter-se na sala de aula, sem a necessidade de evadir-se para se inserir no mercado de trabalho e ajudar no sustento familiar. Atualmente o PBF está auxiliando as famílias, porém com ressalvas, tratando-se da educação o comprometimento da família na condicionalidade da frequência escolar mantém os filhos menores na escola, mas os adolescentes de 14 anos em diante é o público que está evadindo-se dos bancos escolares para trabalhar, tendo em vista a necessidade de ajudar com recursos financeiros a sua família ou em benefício próprio.

A evasão escolar certamente é um problema social que associa diversos problemas, destacando a gravidez indesejada na adolescência, o desemprego, o envolvimento com drogas ilícitas, crimes entre outras situações adversas, que pode ser combatida através de programas de fortalecimento às escolas como investimentos físicos e estruturais, modernização dos espaços, capacitação e incentivo aos docentes, pois se compreende que é essencial a permanência deste jovem no ambiente escolar, concluindo seus estudos de forma adequada, dentro da idade correta. Assim, poderá ser combatida a violência e a desigualdade social que assola o Brasil, conseqüentemente além do jovem, toda sociedade acaba se beneficiando com a sua formação como cidadão de direitos e deveres a serem cumpridos.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação** 2ª edição São Paulo, Moderna 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em Junho de 2016.

BRASIL, **Lei Federal 9.394/1996**, Estabelece as diretrizes e bases da educação, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em Junho de 2016.

CAMARGO, Orson. **Desigualdade social; Brasil Escola**. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>. Acesso em Outubro de 2016.

COUTO, Ana Cristina Ribeiro. **Ensino Fundamental: caminhos para uma formação integral**. 1ª edição Editora Ibepex, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal 2014-2017**. Ampére PR, 2016.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional**. Curitiba: UFPR, 2003. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2174>>. Acesso em Outubro de 2016.

ESCOLA ESTADUAL CÂNDIDO PORTINARI - EF. **Projeto Político Pedagógico**, Ampére PR, Setembro 2012.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, anotado e interpretado. Curitiba, SEDS, 2013. Impressão: Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Evasão e Evadidos: O discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura**. 1998. 203f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1998. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/10224>>. Acesso em Agosto de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Ampére PR**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=400100&search=parana/ampere>>. Acesso em Agosto de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Indicadores Nacionais** disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em Setembro de 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico do Município de Ampére**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85640&btOk=ok>>. Acesso em Setembro de 2016.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4ª edição São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Consulta Pública ao Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/454-divulgacao-acoes-2004863616/consulta-publica-514658155/20514-consulta-publica-ao-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>>. Acesso em Agosto 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família**. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em Maio de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente**. Disponível em <<http://www.crianca.mppr.mp.br/>>. Acesso em Junho de 2016.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** 2ª Edição Novo Hamburgo RS. Universidade Feevale, 2013.

ROMANELLI, Otaíza. **Ensino Fundamental: Caminhos para uma formação integral**. 1ª edição Curitiba, 2010.

SADER, Emir. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. 5ª Edição, 2000 Editora Paz e Terra SA.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Programa Fica Comigo: enfrentamento à evasão escolar**. Curitiba PR, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Gestão Escolar**, Caderno do Programa Combate ao Programa Abandono Escolar, Curitiba 2013. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1375>>, Acesso em Setembro de 2016.

SOUZA, Magali Suzana. **Documentadora Escolar Estadual no Município de Ampére Pr**. Entrevista realizada em 10 de Agosto de 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos pedagógicos do Libertad, 2; 3. Ed. São Paulo: Libertad, 1995.